

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Gustavo Falcão Santana¹

Letícia Soares Fernandes²

Allana Ladislau Prederigo³

Bárbara Rebecca Baumgarten França⁴

Mariangela Lima de Almeida⁵

Universidade Federal do Espírito Santo

FAPES e CAPES

Eixo temático: 1. Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e
Qualidade Social.

RESUMO

Toma-se a Educação Especial como modalidade da educação escolar no Brasil e como direito público subjetivo. Atribuindo à comunidade escolar e ao poder público a responsabilidade de ofertar uma educação de qualidade aos alunos público-alvo da Educação Especial, questiona-se: qual é o papel do gestor escolar ou dos gestores escolares no processo da inclusão escolar, visando a educabilidade desses alunos? O que as pesquisas evidenciam sobre o tema? Assim, o trabalho tem como objetivo geral compreender as principais contribuições bibliográficas nos anos de 2020 e 2021 acerca do papel do gestor escolar no processo inclusivo educativo dos alunos público-alvo da Educação Especial, apontando as convergências e divergências mais latentes dos autores encontrados no que tange às conceituações sobre esse papel. Aporta-se teoricamente em Habermas e metodologicamente na pesquisa bibliográfica realizada nos anais de eventos brasileiros que tomam a Educação Especial como temática. Evidencia-se que nos anos de 2020 e 2021, nos eventos em que o estudo foi realizado, apenas quatro trabalhos foram encontrados. Conclui-se que o gestor escolar, para garantir as condições de escolaridade dos estudantes, e fomentar os processos de aprendizagem e permanência de todos, deve estar presente e garantir a articulação entre os diferentes profissionais da escola, promovendo um espaço de diálogo e colaboração. As produções encontradas revelaram significantes contribuições para a área, dado que trouxeram o papel do gestor na Educação Especial, as lacunas da formação inicial e das práticas dos docentes, levantando as possibilidades de superação das limitações e barreiras existentes na escola e na modalidade em si. Os autores convergem porquanto apontam a formação continuada como um dos possíveis e mais viáveis meios nessa superação.

¹ Graduando em História - UFES. gustafal72@gmail.com

² Mestranda em Educação - PPGE/UFES. fernandesletss@gmail.com.

³ Mestranda em Educação - PPGE/UFES. allana.prederigo@gmail.com

⁴ Mestranda em Educação - PPGE/UFES. barbarabrbf@gmail.com

⁵ Professora Doutora - CE/PPGE/UFES. mlalmeida.ufes@gmail.com

Palavras-chave: Gestão Escolar. Educação Especial. Pesquisa Bibliográfica.

INTRODUÇÃO

A educação escolar no Brasil é pautada por diversas legislações que versam sobre os deveres e direitos da União, dos Estados, Municípios, sistemas de ensino e da comunidade escolar, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Essas nos dizem como a Educação deve ser baseada em uma gestão democrática do ensino público, na qual todos os cidadãos brasileiros têm direito ao acesso a uma educação de qualidade.

Nesse íterim, a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) e a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (LBI/2015) nos falam, sobretudo, dos direitos das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no contexto educacional, denominadas o Público-alvo da Educação Especial (PAEE). Desde a LDB/96 a Educação Especial foi considerada uma modalidade de ensino transversal aos diferentes níveis, etapas e modalidades e, de acordo com a PNEE-EI “realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p. 19).

Uma vez que a comunidade escolar e o poder público são responsáveis por ofertar uma educação de qualidade aos alunos PAEE, preferencialmente nas turmas comuns do ensino regular, cabe-nos perguntar qual é o papel do gestor escolar ou dos gestores escolares - aqui entendidos como diretores, coordenadores e assessores pedagógicos - no processo da inclusão escolar, visando a educabilidade das pessoas PAEE? Quais as principais contribuições o gestor escolar pode e deve trazer para esse processo? Sabemos da importância dos gestores nesse processo, por isso, mais adiante falaremos sobre essas questões.

Entretanto, neste momento apresentamos os principais questionamentos que nos movem enquanto pesquisadores e profissionais da educação: o que os pesquisadores

educacionais brasileiros têm nos dito nos últimos anos acerca do papel do gestor escolar na inclusão escolar? Quais avanços tivemos nos últimos anos acerca das pesquisas sobre este tema? Quais divergências e convergências há entre os autores?

Ressaltamos que a relevância de pesquisarmos tais demandas está principalmente nos avanços que a “pesquisa da pesquisa” traz para os contextos acadêmicos e bibliográficos, tendo em vista a construção do conhecimento e a junção daquilo que tem sido desvendado por nossos pesquisadores e autores no Brasil. Vale evidenciar ainda, a importância de valorizarmos as pesquisas que têm sido realizadas em nosso país.

Estabelecemos, portanto, como objetivo geral: Compreender as principais contribuições bibliográficas nos anos de 2020 e 2021 acerca do papel do gestor escolar no processo inclusivo educativo dos alunos público-alvo da Educação Especial, apontando as convergências e divergências mais latentes dos autores encontrados no que tange às conceituações sobre esse papel.

REVISÃO DE LITERATURA

A partir do final da década de 90, no Brasil, tivemos diversas políticas públicas que apontavam para a promoção da educação de qualidade para todos os alunos, o que promoveu o aumento do número de matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial no Brasil, principalmente nos últimos quinze anos. Diante disso, diversas questões relativas à Educação Especial foram levantadas e continuam sendo pesquisadas e problematizadas, em especial, o papel da gestão escolar no processo de escolarização dos alunos público-alvo da educação especial numa perspectiva inclusiva.

Estando nosso foco voltado à essa questão, discutiremos a seguir os atributos da gestão escolar democrática, perpassando as relações intrínsecas à Educação Especial. Deste modo, Paro (2010) defende uma gestão escolar numa perspectiva democrática, que leve em conta as especificidades da educação como um processo pedagógico, que sua dimensão democrática seja uma “práxis social e política” (PARO, 2017, p. 777).

Concordamos com o autor (PARO, 1988), ao afirmar que a Administração Escolar deve ser transformadora e para isso, deve ter seus objetivos e meios antagônicos aos modos de administrar uma empresa, pois os modos de administração capitalistas são antagônicos à administração transformadora. Mais que isso, quando essa administração tem como objetivo a apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, a natureza do processo pedagógico escolar será diretamente contrário aos processos de uma empresa (PARO, 1988). Portanto, entendemos que a gestão precisa ser democrática e ter seus meios alicerçados a um modo de administração que vise a transformação da realidade em que se vive.

Os autores Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) nos falam que a escola ao cumprir seu papel social de mediação influi significativamente na formação da personalidade humana e que por essa razão são imprescindíveis os objetivos políticos e pedagógicos. Assim, a organização escolar democrática implica não somente a participação na gestão, mas a gestão da participação, na qual todos os sujeitos da comunidade escolar participam ativamente dos processos educacionais.

Giron (2012) reflete sobre a influência da política, do planejamento e da gestão educacional na formação social do indivíduo e nos diz que “construir um plano democrático implica em enxergá-lo como um processo de discussão amplo, repleto de demandas consensuais e contraditórias que trazem à tona diferentes interesses” (p. 14). A autora defende ainda que considerar educação que trabalhe a cooperação, o respeito às diferenças, o trabalho coletivo e a solidariedade é uma condição indispensável para que se possa contribuir com a humanização do ser.

Nesse contexto, Santanna (2015) aborda que o conceito de escola inclusiva está intrinsecamente ligado ao de escola democrática, pois os princípios dos dois conceitos se convergem no que tange à educação para todos, isto é, uma educação promotora de igualdade e equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos das instituições de ensino.

A autora aponta a necessidade de articular ações que fomentem a participação, a formação e a reflexão de todos quanto às necessidades dos alunos com deficiência, quando fala sobre a gestão que se faz democrática e inclusiva, converge ideias e princípios que norteiam o atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial, promovendo momento em que são construídas estratégias de participação de todos e estratégias para trabalhar com a diversidade e nos dizendo sobre o papel da gestão (SANTANNA, 2015).

Concluimos assim, que um novo tipo de gestor precisa ser formado ou fomentado, aquele que criado em uma cultura que respeita a diversidade, promova a inclusão e garanta o direito de acesso à educação de qualidade a todos os alunos, por meio de ações inclusivas, pensadas coletivamente.

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

O referencial teórico-epistemológico em que esta pesquisa se sustentou foi Jurgen Habermas, por meio de sua Teoria do Agir Comunicativo. Nessa Teoria, o conceito de discurso assume um local muito importante para o desenvolvimento do conhecimento e do exercício da democracia. Em suas teorias Habermas privilegia a comunicação, defendendo que é por meio desta que estabelecemos relações com o mundo possibilitando a ação reflexiva.

O conceito de Discurso em Habermas (2003) é importante para nós na medida em que analisamos os discursos dos autores das referências bibliográficas encontradas. Para o autor, a linguagem pressupõe o cumprimento de normas e é por meio do discurso que podemos questionar a presença ou ausência dessas normas implícitas. Por isso, o *Discurso* é um momento filosófico privilegiado em que os sujeitos são atores-agentes do conhecimento com base no mundo vivido (HABERMAS, 2003). Desse modo, de acordo com Almeida (2010), existem dois tipos de Discurso para Habermas: “o discurso teórico, que corresponde à tematização das pretensões de verdade, e o discurso prático, que tematiza a validade das normas que se tornaram problemáticas” (ALMEIDA, 2010, p. 44-45).

Nesse sentido, o conceito de argumento para Habermas (2012) pode ser descrito como meio pelo qual o reconhecimento de uma pretensão de validade de um sujeito, pode ser transformada em conhecimento. Nesse sentido, o discurso argumentativo, segundo Habermas (2003), é um processo de comunicação que tem como objetivo um acordo racionalmente motivado. Assim, por meio dos discursos argumentativos dos autores encontrados, podemos entender como se deu o seu processo de pesquisa, bem como as contribuições trazidas para a área da gestão escolar na perspectiva da inclusão.

No tocante à perspectiva metodológica, este estudo tem natureza qualitativa, que de acordo com Gil (2008) oferece um importante papel à interpretação, na qual os procedimentos de análise utilizados não são mecanicistas. Em consonância a isso, a metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, que tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Manzo (1971, p. 32) nos diz que a bibliografia “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”. Assim, de acordo com as autoras Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica não se constitui em uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto em evidência, mas sim, na pesquisa de um tema sob novo enfoque ou abordagem.

A pesquisa então se deu nos anais do IX Congresso Brasileiro de Educação Especial de 2021, do VI Seminário Nacional de Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva de 2020, e do GT de Educação Especial da 14ª Reunião da ANPEd Sudeste de 2020. Procuramos por aqueles trabalhos que mais se assemelhavam à temática em questão - do papel do gestor escolar na inclusão escolar dos alunos PAEE.

O GESTOR ESCOLAR NA INCLUSÃO: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Em conformidade com o dito anteriormente, buscamos os trabalhos nos anais dos eventos brasileiros mais recentes, dos anos de 2020 e 2021, justamente para

VII SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
XVIII SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
UFES – VITÓRIA / ES – 22 de novembro e 6 a 8 de dezembro de 2022

mapearmos o que tem sido pesquisado sobre o tema em questão nos últimos anos e como tem sido pensado as questões também relacionadas à pandemia. Encontramos:

Evento	Data de Realização	Eixos Pesquisados	Nº de Trabalhos Encontrados
VI Seminário Nacional de Educação Especial / XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva	Outubro de 2020	1. Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social. 2. Propostas Curriculares e Práticas Pedagógicas. 3. Acessibilidade: Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa/Ampliada 4. Atendimento Educacional Especializado. 5. Formação de Professores. 6. Aprendizagem e Avaliação: Diagnóstico, Planejamento e Gestão do Trabalho Pedagógico.	1
14a Reunião da ANPEd Sudeste	30 de novembro a 3 de dezembro de 2020	GT de Educação Especial	0
IX Congresso Brasileiro de Educação Especial	Novembro de 2021	Políticas Educacionais, Acessibilidade e Interfaces; Formação de Profissionais na Perspectiva da Acessibilidade	3

Desta forma, nos anais do IX Congresso Brasileiro de Educação Especial, buscamos nos eixos Políticas Educacionais, Acessibilidade e Interfaces e Formação de Profissionais na Perspectiva da Acessibilidade, que tiveram 39 e 64 trabalhos completos publicados, respectivamente. Deste total, apenas três trabalhos continham o tema relacionado ao nosso. Nos anais do VI Seminário Nacional de Educação Especial / XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, buscamos em todos os seis eixos e encontramos 1 trabalho que fala diretamente sobre o tema da gestão escolar relacionada à inclusão na Educação Especial. Já nos anais do Grupo de Trabalho de Educação Especial da 14a Reunião da ANPEd Sudeste, nenhum trabalho continha o tema que contemplava o nosso.

VII SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
XVIII SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
UFES – VITÓRIA / ES – 22 de novembro e 6 a 8 de dezembro de 2022

Nos três eventos, entretanto, tivemos muitos trabalhos que versavam sobre a gestão pública de Educação Especial, ou seja, sobre os gestores que trabalham nos setores de Educação Especial das Secretarias de Educação dos diversos municípios do Brasil, em especial, do Espírito Santo. Cabe aqui dizer sobre a relevância de se pesquisar também o papel desses gestores que têm muitas incumbências e influenciam diretamente os outros setores, os níveis e as etapas de ensino. A fim de darmos visibilidade aos trabalhos encontrados, trazemos o seguinte quadro:

Evento	Autores	Título	Instituição
VI SNEE/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva	Isabel Matos Nunes, Márcia Alessandra de Souza Fernandes e Giselle Lemos Schmidel Kautsky	Tensões da gestão escolar na organização da educação especial	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
IX Congresso Brasileiro de Educação Especial	Vanilda Santos Fonseca; Cláudia Paranhos de Jesus Portela	A coordenação pedagógica na pandemia e a inclusão: ações numa escola da rede pública baiana	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
IX Congresso Brasileiro de Educação Especial	Patrícia Teixeira Moschen Lievore; Annelize Damasceno Silva Rimolo; Douglas Christian Ferrari de Melo	Gestão escolar e deficiência visual: uma análise da formação dos gestores escolares	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
IX Congresso Brasileiro de Educação Especial	Teresa Cristina Coelho dos Santos; Lúcia de Araújo Ramos Martins	Práticas de gestão, coordenação pedagógica e atendimento educacional especializado no contexto de uma escola municipal: um estudo sobre a inclusão escolar	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

O trabalho de Nunes, Fernandes e Katiuský (2020) se deu a partir de um recorte da pesquisa de doutoramento de Nunes (2016), na qual foi realizada uma pesquisa de campo no ano de 2014, dividida em períodos de observação participante e realização de entrevistas com professores da sala de aula, professores da sala de recursos, pedagogos e pais dos alunos. O texto objetiva sistematizar reflexões acerca dos

desdobramentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) considerando o trabalho da gestão escolar no cotidiano de uma escola de ensino comum e as tensões resultantes dos gradientes de poder que emergem nas inter-relações vividas no chão da escola.

As autoras assumem a premissa de que a política se realiza nas inter-relações de sujeitos concretos, que cotidianamente produzem e reproduzem concepções de Estado, de educação e de deficiência, ao refletirem sobre a figuração da Educação Especial na pauta de trabalho da gestão escolar. Tudo isso é sustentado pela teoria eliasiana que disserta sobre a compreensão do vivido a partir da ideia de tensões enquanto processo inerente das relações de poder como um componente estrutural intrínseco das hierarquias de status em todos os lugares.

No texto são trazidas algumas tensões que perpassam o trabalho da gestora escolar, que tem interseção com a educação especial como as relações de poder, as questões pedagógicas e organizacionais, o planejamento e o envolvimento da equipe. Além de questões relacionadas à avaliação de larga escala – elemento de tensão entre a gestão e a educação especial, segundo as autoras.

Na entrevista realizada com a diretora da escola pesquisada, é evidenciado que a sala de recursos e sua professora constituem o centro de referência de toda a Educação Especial naquela unidade, isto é, é a professora da sala de recursos que detém o conhecimento sobre a modalidade. As autoras compreendem que essa relação é consequência do processo histórico em que a Educação Especial, ao longo dos anos no Brasil foi se constituindo enquanto uma seção à parte da educação. Em consequência, as pessoas acreditam que, para trabalhar com a Educação Especial, é necessário um conhecimento que não cabe a ela, mas ao outro.

Assim, observaram que a diretora apoiava o processo de escolarização dos estudantes da educação especial, mas que seu envolvimento era limitado, de acordo com a própria gestora. Essa limitação, então, é justificada pela falta de conhecimento específico que por sua vez pode implicar em desdobramentos nos processos de garantia dos dispositivos para a inclusão.

Nunes, Fernandes e Katiuský (2020) compreendem que no âmbito da escola, é o diretor quem tem o papel de articular as diferentes instâncias para garantir as condições de escolaridade dos estudantes, bem como, fomentar os processos de aprendizagem e permanência de todos. Concluem que a gestão escolar deve fazer do planejamento um instrumento que potencialize os professores e os pedagogos a trabalharem com esses estudantes, superando a abordagem dicotômica que focaliza ora a deficiência, ora o indivíduo, concebendo o estudante como um ser integral, valorizando a coletividade e o engajamento mútuo para que todos aprendam.

A pesquisa de Lievore, Rimolo e Melo (2021) analisou a importância da formação do gestor escolar para a sua atuação na articulação das políticas públicas educacionais direcionadas aos estudantes com deficiência visual no município de Colatina/ES. A partir de uma pesquisa etnográfica realizaram observação participante e entrevistas semiestruturadas, com os gestores escolares de duas escolas do município. Como resultados observaram que os gestores escolares enfrentam muitos desafios para a escolarização dos alunos com deficiência visual, mas a maior dificuldade diz respeito à formação dos professores e dos próprios gestores escolares.

Os autores trazem as perspectivas de Gramsci, Paro e Saviani como embasamentos teóricos e nos dizem que na gestão escolar é o pedagógico que dá razão de ser ao administrativo, senão o gestor se reduz à mera burocratização, negando os fins educativos a que se propõe. Para tanto, é necessário um engajamento político do gestor escolar, que não acontece apenas no espaço escolar, mas se estende em sua relação com as famílias.

No texto é trazida a ideia de que o gestor deve englobar a dimensão política, administrativa e pedagógica, pois é o principal responsável pela gestão democrática. Mais do que isso, dele depende a motivação do grupo, a construção de um projeto político-pedagógico compartilhado que possua a identidade do coletivo envolvido. Concordando com os teóricos trazidos, os autores afirmam que a função do gestor escolar vai muito além de simplesmente dirigir a escola, pois envolve “não só constantes esforços de organização da instituição de ensino, mas também a

integração de todos os setores, buscando o verdadeiro papel da escola que é o de transformação social” (LIEVORE; RIMOLO; MELO, 2021, p. 6).

A entrevista com a gestora da escola mostrou que ela concebe uma das funções do diretor escolar como mobilizar as pessoas que acompanham o aluno da Educação Especial. Para ela, mobilizar significa se relacionar com a família, os professores, a equipe gestora e os funcionários da escola, para melhor atender a criança público-alvo, dentro das suas especificidades. Os autores dizem que o gestor escolar deve zelar pela razão de ser da escola, a de educar, sendo uma liderança capaz de organizar, mobilizar e motivar toda comunidade escolar, abandonando a antiga ideia de ser apenas um “preposto do estado” (PARO, 2008), que muitas vezes, emprega a sua força para garantir a hegemonia das classes dominantes.

Lievore, Rimolo e Melo (2021) percebem a falta de políticas públicas educacionais voltadas para os alunos com deficiência visual, que garantam formação para os professores e um tempo maior de planejamento para que esses tenham as condições necessárias para produzir materiais, elaborar avaliações e atividades que os alunos consigam desenvolver sozinhos, garantindo o acesso dos alunos a equipamentos acessíveis que permitam que eles acompanhem as aulas.

Concluem que para que a escolarização dos alunos com deficiência visual aconteça, é necessário o envolvimento de todos e, a gestão capaz de promover a emancipação humana dos estudantes é aquela que concebe a escola como espaço de participação e exercício de cidadania, com uma administração descentralizada, em que todos tenham voz e vez.

O texto de Fonseca e Portela (2021) é um relato de experiência realizado numa escola pública da rede municipal de Lauro de Freitas-BA, com docentes que atuam no ensino fundamental, séries iniciais. Teve objetivo de descrever as ações do profissional da coordenação pedagógica na formação de professores para apoiar a inclusão de estudantes PAEE no contexto da pandemia. Assim, realizaram três encontros formativos que ocorreram em ambiente virtual, devido às medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19.

As autoras falam sobre a importância da formação de professores, que é um tema amplamente discutido por diversos teóricos. No contexto da pandemia foi ratificada a necessidade de ações formativas uma vez que os profissionais foram desafiados a novas aprendizagens técnicas, a exemplo do domínio de tecnologias e a ressignificação de suas práticas pedagógicas devido às novas configurações para realização das aulas no formato online.

Trazendo ainda o contexto da pandemia, Fonseca e Portela evidenciam que as desigualdades sociais foram ressaltadas, especificamente no que tange o prosseguimento do processo educacional, pela falta de acesso dos estudantes da educação pública aos recursos necessários. Nesse contexto, a escola necessitou buscar formas de asseguramento das condições necessárias para que nenhum estudante ficasse à margem do processo ensino-aprendizagem no contexto pandêmico. Nesse sentido, no que tange os estudantes PAEE, as questões de acessibilidade tornaram-se discussões ainda mais afluadas.

A pesquisa das autoras revela que há ainda a falta de um planejamento articulado da rede de ensino com as escolas, o que impede a coordenação pedagógica à organização de uma proposta de formação contínua para os professores que incentive uma rede colaborativa entre todos os profissionais com o propósito de alinhamento de estratégias; organização de materiais adaptados e discussões coletivas que favoreçam ações efetivas para superação dos desafios vivenciados pelos educadores. Somado a isso, o texto das autoras conversa com o de Nunes, Fernandes e Katiusky (2020) ao perceberem que os professores se sentem pouco preparados para ensinar estudantes PAEE, questão que demanda urgência em ações efetivas dado o percurso histórico de muitas décadas de discussões e legislações que efetivam a inclusão educacional.

Por fim, o trabalho de Santos e Martins (2021) se constitui como parte de uma pesquisa doutoral que ainda estava em processo, com o objetivo de analisar as práticas do gestor, coordenador pedagógico e docente do Atendimento Educacional Especializado, quanto à inclusão de alunos com deficiência em uma escola regular.

Utilizaram a Pesquisa-Ação como metodologia para se fazer uma formação para os docentes, assim como Fonseca e Portela (2021), e construíram categorias de análise a partir das falas, tomando por base a análise do conteúdo de Bardin (2010).

O texto das autoras traz a mesma discussão que realizada por Lievore, Rimolo e Melo (2021), quando falaram sobre as lacunas oriundas da formação inicial, principalmente no que tange os cursos de pedagogia, para as funções dos gestores escolares. Santos e Martins trazem a discussão das lacunas da formação dos gestores para atuarem na educação especial e como isso tem gerado uma necessidade urgente de investir no processo formativo dos profissionais da educação. As autoras também conversam com Lievore, Rimolo e Melo (2021) quando observam nos discursos um aspecto inerente à escola: a falta de tempo para a reflexão da ação dos segmentos.

Assim como Nunes, Fernandes e Katiusky (2020), Santos e Martins (2021) captaram a manifestação de angústia dos participantes, ao afirmarem assumir tais funções sem uma orientação básica mais consistente, o que segundo as autoras e aos participantes, poderia favorecer os conhecimentos e as novas estratégias de organização do espaço escolar. Consideram, assim, a necessidade da constituição de processos formativos tanto iniciais quanto continuados “[...] que contribuam para que os professores se tornem profissionais, que cheguem a compreender a sua responsabilidade no desenvolvimento da escola como instituição e adquiram uma atitude reflexiva na docência” (SANTOS; MARTINS, 2021, p. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi trazido pelos autores e trabalhos selecionados para análise bibliográfica, consideramos que o gestor escolar tem funções pedagógica e administrativa, que devem conversar entre si, convergindo nas relações entre família e escola, entre comunidade local e comunidade escolar, entre aluno e escola e entre gestores e professores.

O gestor escolar, para garantir as condições de escolaridade dos estudantes, e fomentar os processos de aprendizagem e permanência de todos, deve estar presente e garantir a articulação entre os diferentes profissionais da escola, promovendo um

espaço de diálogo e colaboração. No que tange a formação dos profissionais, a gestão também tem o dever de constatar as lacunas da própria escola, bem como garantir a atualização às normas, leis e atividades pedagógicas relacionadas à Educação Especial.

Os autores aqui levantados conversam nesses sentidos, trazendo o papel do gestor na Educação Especial, as lacunas da formação inicial e das práticas dos docentes, levantando as possibilidades de superação das limitações e barreiras que existem na escola e na modalidade em si, apontando a formação continuada como um dos possíveis e mais viáveis instrumentos nessa superação.

Portanto, concluímos que nos últimos dois anos, nos lugares tomados como base de pesquisa, há pouca produção sobre o tema, e por isso há necessidade de continuar pesquisando-o. As produções encontradas revelaram significantes contribuições para a área, por isso, concordamos com o problematizado pelos trabalhos e afirmamos: “Faz-se necessário assegurar e consolidar intervenções de formação continuada para os diferentes participantes da comunidade escolar [...] pois todos precisam, mais e mais, compreender o(s) seu(s) papel(éis) diante desses estudantes (PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014, p. 737).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Pesquisa-ação e inclusão escolar**: uma análise da produção acadêmica em Educação Especial a partir das contribuições de Jürgen Habermas. 2010. 233 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FONSECA, Vanilda Santos; PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus. A coordenação pedagógica na pandemia e a inclusão: ações numa escola da rede pública baiana. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, Graziela Rossetto. A influência da política, do planejamento e da gestão educacional na formação social do indivíduo. **Anais do IX Anped Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. - São Paulo: Cortez, 2003.

LIEVORE, Patrícia Teixeira Moschen; RIMOLO, Annelize Damasceno Silva; MELO, Douglas Christian Ferrari de. Gestão escolar e deficiência visual: uma análise da formação dos gestores escolares. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 2021.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis**. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

NUNES, Isabel Matos; FERNANDES, Márcia Alessandra de Souza; KAUTSKY, Giselle Lemos Schmidel. Tensões da gestão escolar na organização da educação especial. **Anais...** v. 3 n. 3 (2020): VI Seminário Nacional de Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva. 2020.

SANTANNA, Adriene. **A gestão escolar no contexto da educação inclusiva: a educação especial em questão**. RELVA, Juara/MT/Brasil, v. 2, n. 1, p. 55-82, jan./jun. 2015.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Práticas de gestão, coordenação pedagógica e atendimento educacional especializado no contexto de uma escola municipal: um estudo sobre a inclusão escolar. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 2021.

PARO, V. H. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola**. Educação e Pesquisa, n. 3, v. 36, São Paulo, set./dez. 2010. p. 763-778.

VII SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
XVIII SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
UFES – VITÓRIA / ES – 22 de novembro e 6 a 8 de dezembro de 2022

_____. **Administração escolar:** uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.